

# Hidrelétricas geram altos impactos sociais

**Carmem Cruz**

Quando em 1975 o Governo brasileiro decidiu pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins (PA), condenou quase dez mil famílias à desagregação social e à dependência progressiva. Na mesma década, o início dos trabalhos da Usina de Balbina, no rio Uatumã (AM), daria a tragédia do povo Vaimiri-atroari, cuja cultura e sobrevivência já vinham ameaçadas com a construção da rodovia BR 174.

Tucuruí e Balbina, entretanto, são apenas dois exemplos num universo de empreendimentos que ao longo dos últimos 20 anos inundaram vastas extensões territoriais e outros recursos naturais, desalojando milhares de camponeses, índios e outras populações ribeirinhas e de interior. Tanto a luta de resistência dos atingidos pelas barragens quanto estudos científicos realizados por diversas instituições em áreas atingidas por hidrelétricas demonstram que por serem arbitrários e excluir a sociedade das discussões e decisões os projetos constituem sempre um prejuízo para populações e meio ambiente.

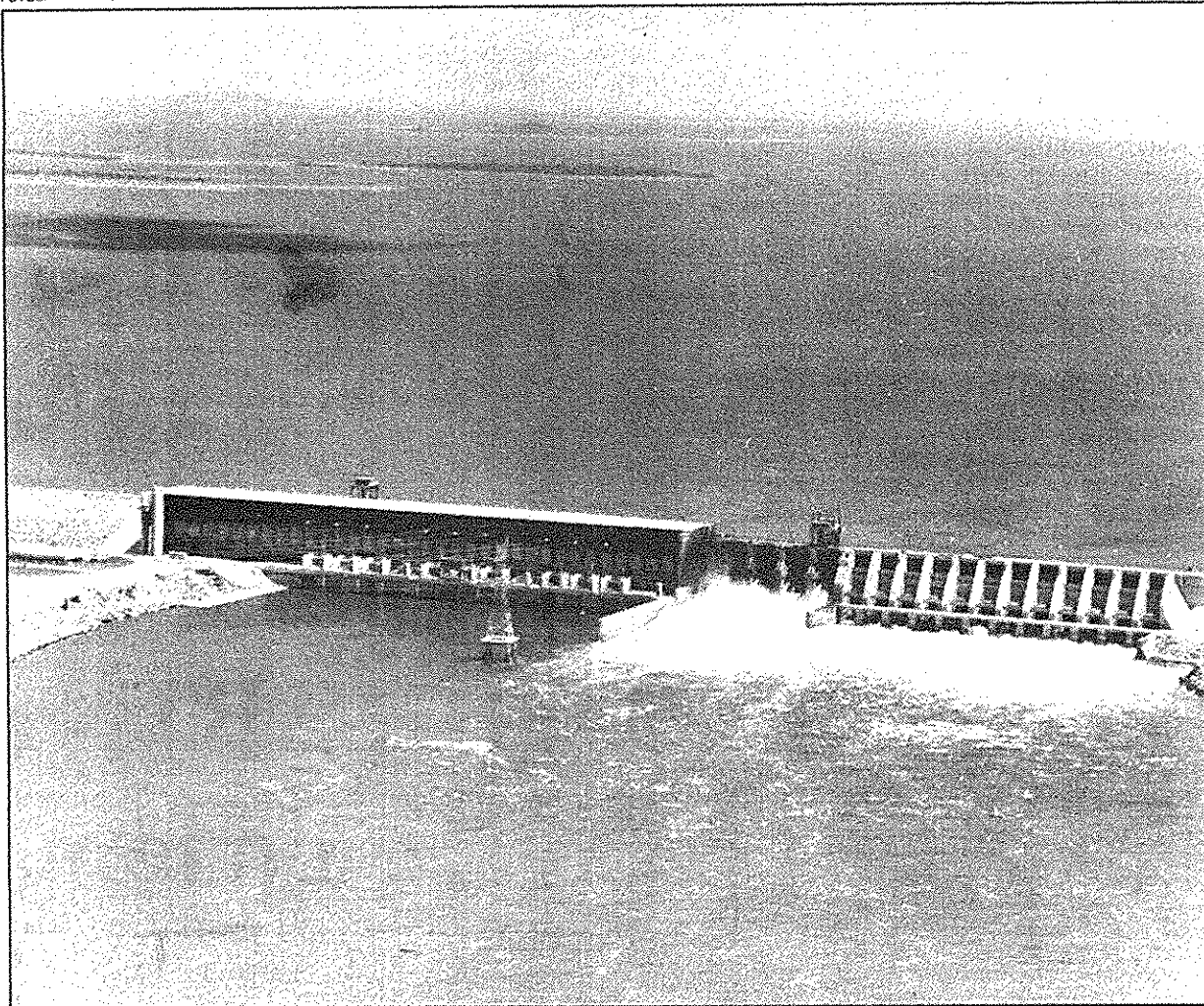
De acordo com a socióloga Lygia Sigaud, do Departamento de Antropologia da UFRJ (Museu Nacional), entretanto, os efeitos das hidrelétricas sobre as comunidades variam de acordo com a

relação que estas populações atingidas têm com a própria terra e região. No seu trabalho publicado ano passado "o efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais", em que analisa a situação dos atingidos pela barragem de Sobradinho e faz comparações com os efeitos da hidrelétrica de Itá, no Alto Uruguai (RS), Lygia Sigaud chama a atenção para o fato de que um acontecimento como o avanço das águas não tem seus efeitos contidos em si, mas são "mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território".

Lygia Sigaud lembra que se no caso de Sobradinho, construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) no período de 1973 a 1978, a inundação representou a destruição da base física do sistema de produção dos camponeses — em função das relações que estes mantinham com o rio — em Itá o mesmo fenômeno não ocorreu. Ali os camponeses esperavam por outro tipo de consequências mas não teriam seu sistema produtivo ameaçado ou inviabilizado pelas águas, já que o sistema não dependia da especificidade do território, como em Sobradinho.

A maneira com que os empreendedores procedem ao construir a hidrelétrica pode provocar perdas no sistema produtivo.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Barragem de Sobradinho: inundação de áreas férteis destruiu o sistema de produção dos camponeses

## Obra fortalece a resistência

Tanto pelos camponeses do Vale do São Francisco quanto daqueles que vivem no Alto Uruguai, Lygia Sigaud alerta contra os perigos das generalizações e aponta para o peso das relações da população com o território afetado, para a importância do modo como o projeto é implantado, o estudo das relações entre os empreendedores e as populações e para as alternativas de vida das populações afetadas.

A expulsão e desagregação de famílias e populações em todo o País, pelas inúmeras hidrelétricas, têm provocado o fortalecimento da luta de resistência feita através de dezenas de entidades, entre as quais a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), Comissão Pró-Índio de São Paulo, Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Apoio à Resistência Vaimiri-atroari (Mareva), CUT e outras. Nas várias regiões, elas se articu-

lam em defesa dos direitos de colonos e trabalhadores, índios e comunidades negras que não puderam sequer optar entre permanecer ou sair de suas áreas.

Como resultado dos últimos encontros destas entidades aparece entre as principais reivindicações a participação da sociedade no processo de decisão, planejamento e implantação dos programas do setor, denunciando que o Plano 2010 da Eletrobrás, "elaborado no sigilo dos altos gabinetes", oferece os mesmos riscos. Eles exigem do Governo uma política para o setor elétrico com a participação das populações, solução para os problemas sociais e ambientais gerados pelas usinas já construídas, além do cumprimento de velhos acordos e o fim dos subsídios às indústrias favorecidas pelo setor.

A tese da socióloga Lygia Sigaud mostra que os camponeses do Alto Uruguai conseguiram assegurar condições para reposição do território, enquanto que em Sobradinho isso não ocorreu já que, ainda no governo militar, a Chesf invadia as roças e expulsava a população.

Depois de falar das formas tradicionais de uso do território,

## Tucuruí deixou efeitos nos camponeses

O inferno vivido hoje pelos milhares de camponeses transferidos da área inundada de Tucuruí, no Pará, é resultado de uma situação em que, segundo a socióloga Sônia Magalhães, do Museu Emílio Goeldi, não houve qualquer esforço dos empreendedores no sentido de minimizar os impactos da obra. Tanto o empobrecimento das famílias, num período logo após a transferência, quanto o aparecimento dos mosquitos são efeitos da condução irresponsável do processo de execução do projeto e que poderiam ser evitados.

Sônia Magalhães, que neste momento trabalha a tese de doutoramento no Museu Nacional da UFRJ, sob a orientação da socióloga Lygia Sigaud, pesquisa desde 1986 a transformação nas relações sociais dos camponeses em decorrência da construção da barragem de Tucuruí. Ela acompanhou todo o processo de transferência das mais de cinco mil famílias para os loteamentos rurais, os núcleos urbanos e da cidade inteira de Jacundá, cuja sede original foi totalmente inundada. Alguns desalojados pela obra foram acolhidos nas cidades de Tucuruí e Itupiranga.

De acordo com ela, a população atingida pode interferir de

forma incisiva no processo de transferência exigindo infraestrutura e obras de saneamento nos loteamentos rurais e nos núcleos urbanos. As próprias indenizações e o ressarcimento de danos foram resultados de muita pressão dos camponeses. Estas forças, a partir da década de 80, provocaram a criação da Comissão Intermunicipal que respaldaria a luta dos atingidos. Durante toda a mudança, cada grupo, segundo informou Sônia Magalhães, se comportou de uma maneira.

Tucuruí inundou a mais rica área de castanheiras do Sul do Pará que era o maior recurso econômico das populações atingidas pela hidrelétrica. A coleta de castanhas era, muito mais que a cultura de subsistência ou a pesca, o principal recurso servindo inclusive à exportação. Com a transferência das comunidades, uma das duas grandes modificações analisadas pela pesquisadora foi no sistema de apropriação da terra e a organização econômica de todos os grupos — inteiramente transformados. A outra grande mudança se deu nas relações sociais, a partir do novo espaço, da localização diversa dos grupos que gerou novas formas de comportamento. "As relações se mo-

dificaram, não se romperam", assegurou.

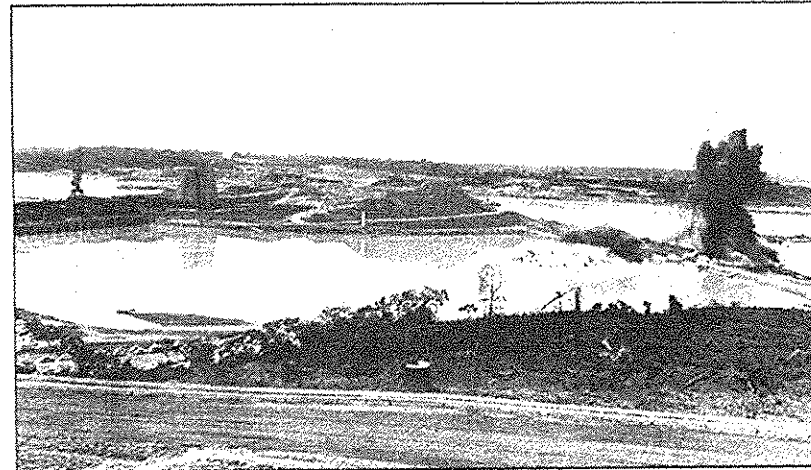
A partir destas duas transformações, outras menores aconteceram e, segundo Sônia Magalhães, entre elas foi percebido o processo de descamponesização ou uma aproximação maior com os aspectos da vida urbana pelos camponeses que ficaram sem a terra para produzir. "De uma certa forma, todos os grupos se empobreceram após a transferência, embora a situação tenha mudado depois em função do rearranjo sócio-econômico das populações". Apesar disso, segundo ela, com a transferência, os colonos vivem sem muitas perspectivas, são famílias mais tristes e com seus planos e projetos desestruturados. "Para eles, o processo de construção da hidrelétrica sou como algo extremamente violento", assinala Sônia.

Tucuruí, entretanto, não atingiu apenas os desalojados pelo lago. Cerca de quatro mil moradores de áreas ribeirinhas, que viviam a jusante da barragem, dedicando-se basicamente à pesca, foram obrigadas a ocupar as 552 ilhas superficiais formadas pela barragem. A cultura de várzea também acabou e esta população está tentando desesperadamente refazer suas vidas.

## Desequilíbrio traz mosquitos

Mas são os desequilíbrios provocados pelo barramento de Tucuruí, na área dos índios Parakanã, para onde foram transferidos centenas de famílias, que atualmente ganham as páginas dos jornais em todo o País. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, João da Costa Nunes, a proliferação de mosquitos vem dificultando a vida dos colonos desde 1985, porque não foi feito o desmatamento da área a ser inundada. "Com dois mil 430 quilômetros quadrados de florestas inundadas o desequilíbrio era iminente", lembrou Nunes, que tem feito gestões junto ao Congresso Nacional pedindo a transferência das famílias atingidas para outras áreas.

Segundo explicou João Nunes, a chamada muricoca (Mansonia titilans), além da mutuca caboverde e a mutuca amarela (esta apareceu há dois anos), tem atingido o gado, os animais domésticos, as crianças e os adultos de uma forma generalizada, impedindo o trabalho no campo e a permanência nas áreas infestadas. Recentemente, o Ministério da Saúde fez um levantamento sobre



A construção de Tucuruí provocou muitas mudanças na região

a presença de flebotomos na área, constatando que o transmissor da leishmaniose também submete os colonos e índios a riscos. Na região, segundo o Ministério da Saúde, um indivíduo está sujeito hoje a levar cerca de 660 picadas por hora.

Grande parte destas famílias, principalmente da gleba Parakanã, já abandonou suas terras e está vivendo como pode nas periferias das cidades. Em agosto do ano passado, o sindicato de Tucuruí liderou um acampamento no canteiro central da Eletronorte, mas a mobilização não resultou em quaisquer benefícios para os colonos. Moradores das glebas de Tucuruí, vicinal 45 e outras tam-

bém estão abandonado suas casas. De acordo com João Nunes, a reativação da comissão interministerial, anunciada recentemente pelo Governo, é vista com um certo ceticismo pelos trabalhadores, porque muito já se anunciou e pouco foi feito até hoje.

Entre as principais lutas do sindicato está a que busca a indenização das benfeitorias e a realocação dos moradores para outra área situada entre Repartimento e Tucumã: "Uma terra da União, totalmente devoluta", informou o líder, que tem ouvido como resposta da Eletronorte que faltam recursos para criar nova infraestrutura no caso de uma transferência e ainda que o problema agora é do Governo Federal.